



Relatório e Contas do Órgão de
Administração
e
Parecer do Órgão de Fiscalização
Exercício - 2025



1. Relatório de Gestão

RELATÓRIO DE GESTÃO

Senhores associados,

Nos termos estatutários vimos submeter à apreciação de V. Exas, o relatório de Gestão do Órgão de Administração, o Balanço e a Demonstração de Resultados referentes ao período de 01/01/2025 a 31/12/2025, do Centro de Solidariedade Social Nossa Senhora da Luz.

No presente documento procuramos demonstrar a gestão operacional da Instituição, conforme foi nosso propósito no relatório do Plano e Orçamento para o período em análise.

A Estratégia de Gestão no Período

Logística: Nesta área mantemos o controlo em armazéns, viaturas, e consumos, o que tem resultado em poupanças significativas. O controlo efetivo e permanente das aquisições de bens consumíveis, bem como do respetivo consumo, tem revelado de forma eficaz uma significativa poupança nos gastos com a alimentação. Deste modo mantivemos o projeto inicialmente definido para esta área.

Infraestruturas e Equipamentos: As despesas efetuadas no período foram reduzidas, tendo em consideração a conjuntura e os objetivos definidos em orçamento. No entanto, como temos referido, os equipamentos encontram-se cada vez mais utilizados, tendo sido necessária a reparação e substituição de alguns pequenos equipamentos, nomeadamente na cozinha e lavandaria.

Foi ainda adquirido um aparelho de ar condicionado, instalado na capela, uma vez que o verão passado foi particularmente quente e as crianças que recebemos durante as férias escolares utilizam este espaço.

A situação mais preocupante prende-se com a cobertura do edifício, que é de amianto e apresenta fissuras estruturais cada vez mais degradadas. Acresce ainda a necessidade de colocação de painéis fotovoltaicos, que poderão contribuir para a redução de custos energéticos. Para a resolução desta situação, a Instituição já se encontra a desenvolver as diligências necessárias.

Recursos Humanos: Esta é, inevitavelmente, a área que mais recursos financeiros consome na Instituição. Algumas colaboradoras encontram-se próximas da idade da reforma e as situações de baixa médica têm sido mais frequentes.

Assim, para evitar maiores encargos, temos recorrido a programas do IEFP, e pretendemos continuar a seguir este caminho, de modo a reduzir o impacto dos custos mensais. Nesse sentido, foi admitida uma pessoa no Programa CEI+ do IEFP que se iniciou em 08/05/2025 e terminará em 07/05/2026. Tratando-se de uma bolsa, esta não integra o quadro de pessoal da Instituição.

No decorrer do exercício, foram ainda desenvolvidas duas ações de formação, cada uma com a duração de 25 horas, totalizando 50 horas, destinadas a todas as colaboradoras. As formações incidiram sobre Ergonomia e Movimentação Manual de Cargas e Higiene e Manutenção de Espaços, Equipamentos e Utensílios.

Voluntários: Esta área, através de ações fundamentais, tem levado a nossa mensagem a toda a comunidade, demonstrando a razão da nossa existência e contribuindo para a criação de uma imagem de aceitação e credibilidade junto daqueles que servimos.

A ação dos voluntários não é importante apenas no aspeto económico, mas também no plano social.

É através de pessoas, não necessariamente ligadas aos Órgãos Sociais, que colaboram com a Instituição, que a mensagem do que somos e do que fazemos, é melhor compreendida pela comunidade envolvente.

Assim, pelo empenho e elevado espírito solidário demonstrado, ficam aqui, uma vez mais, os agradecimentos do Órgão Executivo a todo este grupo, pelo seu generoso e dedicado apoio e trabalho desenvolvido ao longo dos anos.

Centro de Dia (CD): Nesta resposta social tem-se verificado uma certa estabilidade, encontrando-se, atualmente com a sua capacidade totalmente preenchida.

A implementação do projeto “**Centro das Atenções**”, permitiu atingir uma população-alvo muito específica, contribuindo assim para minorar a redução de aderentes a esta resposta social.

Serviço de Apoio Domiciliário (SAD): Esta resposta social evoluiu de forma positiva, apresentando uma tendência de crescimento.

As solicitações mais frequentes relacionam-se com a necessidade de apoio a utentes acamados e respetivos cuidados de higiene diárias, bem como com a entrega de refeições a utentes relativamente autónomos, que valorizam o acesso diário a uma alimentação diversificada e nutricionalmente adequada à sua condição/idade.

Cantinas Sociais: O protocolo celebrado com a Segurança Social, no âmbito da Medida de Emergência Social - Cantina Social, veio proporcionar um bem essencial a um conjunto de famílias que beneficiam desta medida. No âmbito das Cantinas Sociais, temos protocoladas 34 refeições diárias, o que permite às famílias receberem refeições quentes todos os dias do ano. Podemos afirmar que estamos, assim, a cumprir a nossa missão de servir a população mais carenciada, ação que se enquadra plenamente nos objetivos da Instituição.

Perspetivas e Notas Finais: O resultado do exercício apresentado apenas é positivo graças ao esforço, criatividade e capacidade de gestão do Órgão de Administração, bem como ao apoio de alguns beneméritos que fazem questão de ajudar a Instituição a superar as dificuldades.

Por outro lado, o reduzido investimento em equipamentos e infraestruturas - apesar de estes continuarem em degradação e necessitarem de uma política de renovação urgente - contribuiu igualmente para este resultado.

Importa ainda referir que o bom desempenho das contas do exercício se deve ao adequado trabalho de organização funcional da Instituição que permitiu manter toda a atividade com menos uma colaboradora, atualmente em situação de baixa prolongada. Durante este período, um maior rigor no controlo de todas as ações, permitiu assegurar o equilíbrio das contas da Instituição.

É fundamental que nos foquemos na razão da nossa existência e no objetivo que queremos alcançar: **A construção de um novo espaço com a resposta social ERPI.**

Como alerta aos associados, importa reconhecer que a Instituição apenas será sustentável, mantendo os atuais níveis de qualidade na alimentação, conforto ao longo do ano e acompanhamento técnico e psicossocial permanente, se conseguirmos concretizar a construção da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, ou outra iniciativa que permita alcançar maior equilíbrio financeiro.

Importa ainda referir que, neste exercício, está contabilizado, de forma aproximada, o valor do trabalho desenvolvido pelo Órgão Executivo. Esta operação, realizada de acordo com a lei, permite evidenciar junto da comunidade de associados e da Segurança Social o valor que o trabalho

voluntário representa para o sector social no nosso país. O montante apurado, na ordem das três dezenas de milhar de euros, é considerado como donativo dos voluntários à Instituição.

Deixamos também uma palavra de profundo reconhecimento a todos os voluntários que, de forma dedicada, contribuem para que os nossos utentes e sintam acompanhados e apoiados nas suas diversas necessidades.

À Direção Técnica e a todas as colaboradoras que, no dia a dia mostram o seu empenho na Instituição que servem – muitas vezes para além do que lhes é exigido – é igualmente devido um agradecimento especial neste exercício. Apesar das dificuldades sentidas, todas procuram dar um pouco mais para que o CSSNSL cumpra plenamente a sua missão.

Assim, com a consciência tranquila e na certeza do dever cumprido, submetemos o Relatório de Gestão do Centro de Solidariedade Social Nossa Senhora da Luz, à apreciação dos Digníssimos Associados.

Relação com Entidades Públicas e Privadas: O Órgão de Administração do Centro de Solidariedade Social Nossa Senhora da Luz tem procurado intensificar as relações com diversas entidades, nomeadamente: Município de Santarém; Centro Distrital da Segurança Social; Instituto do Emprego e Formação Profissional; Rede Europeia Anti Pobreza; INATEL; Setor3; União das I.P.S.S./CNIS; Instituições congéneres; Juntas da União de Freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém; Coletividades/Associações locais; mecenas e beneméritos, colaborando nas suas iniciativas e mantendo um relacionamento de interesse mútuo.

Situação Perante o Estado e Outros Entes Públicos: No período em causa a situação da Instituição perante as Finanças mostra-se regularizada, salvo algum processo de recuperação de IVA em análise.

Também de acordo com o Decreto- Lei nº.411/91 de 17 de Outubro, a Instituição não tinha no final do período em análise, quaisquer dívidas em mora à Segurança Social.

Proposta de Aplicação de Resultados: Propõe-se que os resultados do exercício no valor de € 64.069,04 (Sessenta e quatro mil sessenta e nove euros e quatro cêntimos), sejam transferidos para resultados transitados.

15/03/2026

O Órgão de Administração
Presidente

Vice-Presidente Área Administrativa

Vice-Presidente Área Financeira

Vice-Presidente Área Logística



2. Relatório Financeiro

1 Relatório Financeiro

1.1 Breve Análise Económica e Financeira

As prestações de serviços aos utentes atingiram, em 2025, o valor de 161.866,34, tendo aumentado 5% face ao ano anterior.

Os subsídios das Segurança Social atingiram o valor de 240.332,48 euros, que é superior em 8,7% comparando com o do ano 2024.

Relativamente ao custo das matérias-primas, géneros alimentares na sua quase totalidade, conheceram uma redução de 7,5%.

Quanto aos fornecimentos e serviços externos (despesas com água, luz, combustíveis, seguros, manutenção, etc.) sofreram um aumento de 2,6%.

Os gastos com o pessoal chegaram ao valor de 230.916,40 euros, aumentando 5,4%, devido ao aumento do salário mínimo e à atualização da tabela salarial.

Os outros rendimentos respeitam sobretudo à imputação da quota anual de subsídios para investimento (na mesma percentagem das depreciações) e à consignação do IRS.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis (bens duradouros) conheceram um acréscimo de 3,7%, devido à aquisição de um aparelho de ar condicionado.

Em consequência do exposto, o resultado líquido foi positivo, cifrando-se em 64.069,04 euros.

Relativamente à situação financeira, pode-se afirmar que a Instituição se apresenta sólida, com uma autonomia financeira na ordem dos 93% (capitais próprios / ativos), sendo o endividamento (7%) todo a curto prazo, sem dívidas vencidas (o passivo é constituído fundamentalmente por dívidas a fornecedores que passaram de 2025 para 2026, encargos com férias e subsídios de férias de 2025, a pagar em 2026, e pelos encargos com a Segurança Social e retenções na fonte de IRS dos salários de dezembro, a pagar em janeiro de 2026). Apresenta-se em seguida a demonstração dos resultados, o balanço, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo.



3. Contas do Exercício

ANEXO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CENTRO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL N.SRA DA LUZ

ANO : 2025

ÍNDICE

- 1 - Identificação da entidade**
 - 1.1 Dados de identificação
- 2 - Referencial contábilístico de preparação das demonstrações financeiras**
 - 2.1 Referencial contábilístico utilizado
 - 2.2 Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras
- 3 - Políticas contábilísticas, alterações nas estimativas contábilísticas e erros**
 - 3.1 Principais políticas contábilísticas
- 4 - Ativos fixos tangíveis**
 - 4.1 Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis
 - 4.1.2 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:
- 7 - Inventários**
 - 7.1 Políticas contábilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada
- 8 - Rendimentos e gastos**
 - 8.2 Quantia de cada categoria significativa de réditos reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:
 - 8.3 Discriminação dos fornecimentos e serviços externos
- 10 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas**
 - 10.1 Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas
- 12 - Benefícios dos empregados**
 - 12.3 Divulgações relativas a membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão
 - 12.4 Benefícios dos empregados e encargos da entidade
- 15 - Divulgações exigidas por diplomas legais**
 - 15.2 Informação por atividade económica
 - 15.3 Informação por mercado geográfico
 - 15.4 Outras divulgações exigidas por diplomas legais

Notas às Demonstrações Financeiras

1 - Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: Centro Solidariedade Social Nossa Senhora da Luz
Número de identificação de pessoa coletiva: 502920939
Lugar da sede social: Rua das Figueiras, Póvoa de Santarém
Endereço eletrónico: nossasenhoraluz@sapo.pt
Natureza da atividade: Atividades de ação social para pessoas idosas, sem alojamento

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) para Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL). Foi considerado o Decreto-Lei nº98/2015 de 2 junho, o disposto na Portaria 218/2015 de 23 julho, na Portaria 220/2015 de 24 julho e no Decreto-Lei 172-A de 14 novembro de 2014.

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 dezembro 2025 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 dezembro 2024.

2.2. Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não se registaram casos excecionais.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Principais políticas contabilísticas

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data

são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Imposto sobre o rendimento

A Entidade encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

- Inventários

As matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Instituição. O rédito é reconhecido líquido de abatimentos e descontos (a entidade está isenta de IVA).

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1. Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

4.1.2. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	5.985,57	357.055,22	98.715,43	147.006,48	19.553,61		106.816,16	88.078,91		823.211,38
Depreciações acumuladas		194.751,66	93.874,70	128.860,13	19.553,61		99.473,19			536.513,29
Saldo no início do período	5.985,57	162.303,56	4.840,73	18.146,35			7.342,97	88.078,91		286.698,09
Variações do período		(6.804,20)	(1.315,33)	(9.073,18)			(1.703,99)			(18.896,70)
Total de aumentos							698,00			698,00
Aquisições em primeira mão							698,00			698,00
Total diminuições		6.804,20	1.315,33	9.073,18			2.401,99			19.594,70
Depreciações do período		6.804,20	1.315,33	9.073,18			2.401,99			19.594,70
Outras transferências			0,00							0,00
Saldo no fim do período	5.985,57	155.499,36	3.525,40	9.073,17			5.638,98	88.078,91		267.801,39
Valor bruto no fim do período	5.985,57	357.055,22	98.715,43	147.006,48	19.553,61		107.514,16	88.078,91		823.909,36
Depreciações acumuladas no fim do período		201.555,86	95.190,03	137.933,31	19.553,61		101.875,16			556.107,99

Quadro comparativo:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	5.985,57	357.055,22	95.161,22	147.006,48	19.553,61		106.816,16	55.465,16		787.043,42
Depreciações acumuladas		187.947,46	92.559,37	119.786,95	19.553,61		97.769,20			517.616,59
Saldo no início do período	5.985,57	169.107,76	2.601,85	27.219,53			9.046,96	55.465,16		269.426,83
Variações do período		(6.804,20)	2.238,88	(9.073,18)			(1.703,99)	32.613,75		17.271,26
Total de aumentos			3.554,21					32.613,75		36.167,96
Aquisições em primeira mão			3.554,21					32.613,75		36.167,96
Total diminuições		6.804,20	1.315,33	9.073,18			1.703,99			18.896,70
Depreciações do período		6.804,20	1.315,33	9.073,18			1.703,99			18.896,70
Outras transferências							0,00			0,00
Saldo no fim do período	5.985,57	162.303,56	4.840,73	18.146,35			7.342,97	88.078,91		286.698,09
Valor bruto no fim do período	5.985,57	357.055,22	98.715,43	147.006,48	19.553,61		106.816,16	88.078,91		823.211,38
Depreciações acumuladas no fim do período		194.751,66	93.874,70	128.860,13	19.553,61		99.473,19			536.513,29

7 - Inventários

7.1. Políticas contábilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários estão valorizados ao custo histórico.

8 - Rendimentos e gastos

8.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	408.291,82	378.051,41
Juros	8.485,38	7.955,73
Total	416.777,20	386.007,14

8.3. Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Subcontratos	580,00	
Serviços especializados	28.830,75	29.624,49
Trabalhos especializados	6.841,48	6.342,86
Vigilância e segurança	2.373,87	3.314,15
Conservação e reparação	19.417,54	19.967,48
Outros	197,86	
Materiais	2.457,84	3.153,18
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	623,98	1.537,68
Material de escritório	976,72	904,32
Artigos para oferta	217,35	119,55
Outros	639,79	591,63
Energia e fluidos	31.894,60	28.299,05
Eletricidade	11.799,68	8.593,47
Combustíveis	5.708,54	7.210,77
Água	3.641,61	3.324,06
Outros	10.744,77	9.170,75
Deslocações, estadas e transportes	14,40	
Deslocações e estadas	14,40	
Serviços diversos	19.702,35	20.294,52
Rendas e alugueres	2.925,38	4.604,72
Comunicação	1.493,29	1.402,20
Seguros	3.816,83	3.481,47
Contencioso e notariado	30,00	
Limpeza, higiene e conforto	8.852,77	9.499,26
Outros serviços	2.584,08	1.306,87
Total	83.479,94	81.371,24

10 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

10.1. Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

Os subsídios da Segurança Social destinam-se a compensar déficits de exploração, pelo que são imputados como rendimentos do exercício.

12 - Benefícios dos empregados

12.3. Divulgações relativas a membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão

Os Órgãos diretivos não auferem remunerações nem beneficiam de quaisquer outros benefícios pelo exercício dos seus cargos.

12.4. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	230.916,40	219.152,60
Remunerações do pessoal	181.003,20	176.958,37
Encargos sobre as remunerações	39.568,05	37.208,52
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	2.685,56	2.516,62
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	7.659,59	2.469,09

15 - Divulgações exigidas por diplomas legais

15.2. Informação por atividade econômica

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas		
Prestações de serviços	408.291,82	408.291,82
Fornecimentos e serviços externos	83.479,94	83.479,94
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	56.734,54	56.734,54
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	56.734,54	56.734,54
Gastos com o pessoal	230.916,40	230.916,40
Remunerações	181.003,20	181.003,20
Outros gastos	49.913,20	49.913,20
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	267.801,39	267.801,39
Total das aquisições	698,00	698,00
Propriedades de investimento		

Quadro comparativo:

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas		
Prestações de serviços	378.051,41	378.051,41
Fornecimentos e serviços externos	81.371,24	81.371,24
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	61.332,79	61.332,79
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	61.332,79	61.332,79
Gastos com o pessoal	219.152,60	219.152,60
Remunerações	176.958,37	176.958,37
Outros gastos	42.194,23	42.194,23
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	286.698,09	286.698,09
Total das aquisições	36.167,96	36.167,96
Adições no período de ativos em curso	32.613,75	32.613,75
Propriedades de investimento		

15.3. Informação por mercado geográfico

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	408.291,82			408.291,82
Fornecimentos e serviços externos	83.479,94			83.479,94
Aquisições de ativos fixos tangíveis	698,00			698,00
Rendimentos suplementares:				

Quadro comparativo:

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	378.051,41			378.051,41
Fornecimentos e serviços externos	81.371,24			81.371,24
Aquisições de ativos fixos tangíveis	36.167,96			36.167,96
Rendimentos suplementares:				

15.4. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças e a Segurança Social tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.



**Demonstração dos Resultados por Naturezas -
(modelo para ESNL) do período de 2025
(montantes em euros)**

**CENTRO DE SOLIDARIEDADE
SOCIAL N.SRA DA LUZ**

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2025	2024
Vendas e serviços prestados	408.291,82	378.051,41
Subsídios, doações e legados à exploração	61.037,07	48.740,32
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(56.734,54)	(61.332,79)
Fornecimentos e serviços externos	(83.479,94)	(81.371,24)
Gastos com o pessoal	(230.916,40)	(219.152,60)
Outros rendimentos	15.443,88	13.133,27
Outros gastos	(38.477,61)	(37.220,88)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	75.164,28	40.847,49
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(19.594,70)	(18.896,70)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	55.569,58	21.950,79
Juros e rendimentos similares obtidos	8.499,46	7.955,73
Resultado antes de impostos	64.069,04	29.906,52
Resultado líquido do período	64.069,04	29.906,52

RUBRICAS	DATAS	
	2025	2024
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	267.801,39	286.698,09
Investimentos financeiros	1.000,00	1.000,00
Outros créditos e ativos não correntes	1.169,57	1.169,57
	269.970,96	288.867,66
Ativo corrente		
Inventários	4.520,17	6.634,85
Créditos a receber	18.108,44	26.382,65
Estado e outros entes públicos		1.725,00
Diferimentos	1.797,14	2.514,13
Caixa e depósitos bancários	432.666,43	342.746,33
	457.092,18	380.002,96
Total do ativo	727.063,14	668.870,62
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos patrimoniais		
Fundos	26.241,18	26.241,18
Reservas	95.985,57	95.985,57
Resultados transitados	384.077,71	354.171,19
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	107.459,41	109.791,90
Resultado líquido do período	64.069,04	29.906,52
Total dos fundos patrimoniais	677.832,91	616.096,36
Passivo		
Passivo não corrente		
Passivo corrente		
Fornecedores	9.163,16	6.001,78
Estado e outros entes públicos	4.512,15	4.110,01
Outros passivos correntes	35.554,92	42.662,47
	49.230,23	52.774,26
Total do passivo	49.230,23	52.774,26
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	727.063,14	668.870,62

**Demonstração dos Fluxos de Caixa -
(modelo para ESNL) do período findo em
31-12-2025
(montantes em euros)**

**CENTRO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL
N.SRA DA LUZ**

RUBRICAS	PERÍODO	
	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes e utentes	163.563,91	153.092,98
Pagamentos a fornecedores	136.587,24	140.464,10
Pagamentos ao pessoal	158.267,68	149.868,22
Caixa gerada pelas operações	(131.291,01)	(137.239,34)
Outros recebimentos/pagamentos	202.752,45	159.156,85
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	71.461,44	21.917,51
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	698,00	31.081,71
Recebimentos provenientes de:		
<i>Juros e rendimentos similares</i>	9.571,79	7.538,93
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	8.873,79	(23.542,78)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
<i>Doações</i>	9.584,87	7.309,95
Pagamentos respeitantes a:		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	9.584,87	7.309,95
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	89.920,10	5.684,68
Caixa e seus equivalentes no início do período	342.746,33	337.061,65
Caixa e seus equivalentes no fim do período	432.666,43	342.746,33



4. Parecer do Órgão de Fiscalização



Relatório do Conselho Fiscal do Exercício de 2025

Póvoa de Santarém, 10 de Março de 2026

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, vimos submeter à vossa apreciação o nosso parecer sobre as demonstrações financeiras do Centro de Solidariedade Social Nossa Senhora da Luz, referentes ao exercício findo em trinta e um de Dezembro de dois mil e vinte e cinco.

2. No desempenho das nossas funções acompanhámos a atividade da instituição, tendo efetuado as verificações contabilísticas indispensáveis ao desempenho das novas funções. As verificações acima tiveram como base a análise do balancete de Dezembro de dois mil e vinte e cinco, que incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:

Verificação da conformidade dos balancetes com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.

Procedemos à realização dos testes substantivos seguintes, que considerámos adequada em função da materialidade dos valores envolvidos:

- a) Verificação das aquisições e abates dos elementos do ativo fixo.
- b) Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à Segurança Social;
- c) Análise e testes dos vários elementos de gastos e rendimentos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo;

3. O Balanço, a Demonstração de Resultados por Natureza, os fluxos de caixa e os correspondentes Anexos, estão em conformidade e foram elaborados de acordo com os requisitos legais, de forma a permitirem uma adequada compreensão da posição financeira da instituição a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e cinco, e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data.

4. Da Direção, serviços de contabilidade e funcionários, a quem nos apraz agradecer, recebemos os esclarecimentos e as informações que reputámos indispensáveis ao desempenho das nossas funções.

Em face ao exposto, somos de parecer que a Assembleia Geral aprove as contas apresentadas pela direção, referentes ao exercício de dois mil e vinte e cinco.

O presente relatório vai ser devidamente assinado por todos os membros presentes.

O Conselho Fiscal

Presidente

Vice-Presidente

Vogal

Rua das Figueiras - 2000-531 PÓVOA DE SANTARÉM